



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0056883-83.2017.6.05.8000
AZIZ INFORMÁTICA LTDA.
INTERESSADO : PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.
ASSISTÊNCIA DE SEGURANÇA
ASSUNTO : Recurso - Pregão Eletrônico nº 52/2020

Parecer nº 1267274 / 2020 - PRE/DG/ASJUR1

1. A Diretoria-Geral submete à apreciação desta Assessoria Jurídica o recurso interposto pela empresa AZIZ INFORMÁTICA LTDA., a qual se insurge contra a classificação e a habilitação da PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. (vencedora dos Lotes 1 e 2 do Pregão Eletrônico nº 52/2020).

2. A Recorrente alega, em síntese, que (doc. nº 1253334):

2.1. Os atestados de qualificação técnica apresentados pela PREMIER não atendem à condição 11.1.7, “a”, do Edital, uma vez que se referem a monitoramento CFTV, serviço mais simples do que o videomonitoramento 24 horas exigido na licitação. Distingue as modalidades nos seguintes termos:

VIDEOMONITORAMENTO é a atividade desenvolvida por um conjunto de equipamentos que captam imagens e as transmitem, em tempo real, para uma central de monitoramento, para serem gerenciadas.

MONITORAMENTO CFTV: Circuito fechado ou circuito interno de televisão (também conhecido pela sigla CFTV; do inglês: closed-circuit television, CCTV) é um sistema de televisão que distribui sinais provenientes de câmeras localizadas em locais específicos, para um ou mais pontos de visualização.

2.2. A proposta da licitante possui vício insanável consistente na ausência de especificação dos equipamentos enumerados no tópico 5 do Termo de Referência, ferindo, assim, as condições 4.2.1 e 10.1 do ato convocatório.

2.3. O julgamento do Pregoeiro, ao descumprir os requisitos do edital, maculou os princípios da isonomia e da impessoalidade.

3. Em contrarrazões, a Recorrida aduz que (doc. nº 1257676):

3.1. A suposta diferenciação que a AZIZ INFORMÁTICA pretende estabelecer entre “serviços de monitoramento por CFTV” e “videomonitoramento 24 horas” não existe. Tais serviços possuem o mesmo significado, qual seja, “sistema de vigilância eletrônica 24 horas por meio de câmeras interligadas a uma central de monitoramento, com captação de imagens ininterruptamente, em tempo real”.

3.1.1. A própria descrição do objeto do certame sepulta dúvidas quanto à identidade dos serviços: “1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância eletrônica, incluindo o fornecimento e instalação dos equipamentos durante o prazo de vigência contratual, sem ônus adicionais para a Contratante e **serviço de videomonitoramento 24 horas por dia (circuito fechado de televisão e alarme IP)**, nas dependências dos Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.” De igual modo, os tópicos 2 e 4.4 do TR confirmam que o “videomonitoramento 24 horas” é exatamente o serviço de monitoramento diuturno por circuito fechado de televisão (CFTV) e sistema de alarme IP, conectado a uma central de monitoramento.

3.1.2. Os três atestados apresentados revelam a experiência pretérita da empresa, assegurando sua qualificação técnica para prestação dos serviços.

3.2. Sua proposta seguiu todos os parâmetros indicados no edital (condição 4.2.1), discriminando o escopo dos serviços a serem prestados, os locais de execução e quantitativos de equipamentos previstos para a instalação (critérios que balizam os valores lançados na proposta comercial).

3.2.1. Em nenhum momento o instrumento convocatório exigiu que a proposta detalhasse as especificações técnicas mínimas das câmeras ou de quaisquer dos equipamentos.

3.2.2. Caso a argumentação da Recorrente tivesse fundamento, a sua proposta também deveria ter sido desclassificada, pois, do ponto de vista formal, era idêntica àquela encaminhada pela Recorrida, acrescentando-se apenas a transcrição dos requisitos técnicos mínimos das câmeras constantes do item 5 do TR. Tal adendo, além de não ter sido exigido no edital, não possui relevância, uma vez que *“Para fins de aferição técnica dos equipamentos, na forma do item 4.10.1 do Anexo I, seria necessário descrever as características técnicas de todos os equipamentos que são ofertados e que se pretende instalar, não a mera repetição das exigências mínimas já dispostas no edital”*.

3.3. O procedimento transcorreu com total lisura, respeitando todos os princípios licitatórios. A PREMIER foi declarada vencedora por apresentar a proposta economicamente mais vantajosa e demonstrar notória expertise no ramo da contratação almejada (monitoramento eletrônico 24 horas).

4. No doc. nº 1264114, consta a decisão do Pregoeiro pela improcedência do recurso.

É o relatório.

5. De logo, afirmamos nosso alinhamento ao posicionamento do Pregoeiro, devendo ser mantida a classificação e a habilitação da empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.

5.1. Diante da ilegitimidade da premissa estabelecida pela Recorrente no sentido de que os serviços de videomonitoramento 24 horas seriam distintos do monitoramento por CFTV, conclui-se que os atestados apresentados pela Recorrida demonstram sua capacidade técnica, nos exatos termos do edital.

5.1.1. Com efeito, os serviços descritos nos documentos de habilitação encontram-se em total consonância com o objeto pretendido por esta Administração.

5.2. Quanto à classificação, não há reparos a fazer à conduta do Pregoeiro. A proposta da licitante continha todos os elementos exigidos na condição 4.2 do edital, a saber: valor total correspondente a prestação do serviço para cada item, durante todo o período da contratação (30 meses) e discriminação do objeto (que, na prática, se limita à cópia da descrição do edital). Ademais, questionada acerca do atendimento às especificações, a licitante corroborou o compromisso assumido quando do envio da proposta (mensagens constantes das páginas 47 e 51 da Ata – doc. nº 1250405).

6. Considerando que o procedimento observou todos princípios que regem a licitação, opinamos pelo indeferimento do recurso interposto pela AZIZ INFORMÁTICA LTDA.

É o parecer, *sub censura*.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Caleffi**, **Técnico Judiciário**, em 14/10/2020, às 19:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1267274** e o código CRC **0CACEC80**.